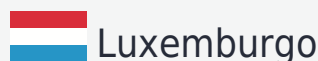


[Página Principal](#) > ... > [Direito Familiar e Sucessório](#) > [Divórcio e Separação Judicial](#) > [Luxembourg](#)

Divórcio e separação judicial



Conteúdo fornecido por



European Judicial Network
(in civil and commercial
matters)

1 Quais são as condições para obter o divórcio?

O direito luxemburguês prevê duas formas de divórcio: o divórcio por mútuo consentimento e o divórcio por rutura irreparável das relações conjugais.

- Divórcio por mútuo consentimento

O divórcio por mútuo consentimento pode ser pedido conjuntamente pelos cônjuges quando chegarem a acordo sobre a cessação do casamento e as suas consequências.

No caso de existirem bens a partilhar, estes devem ser inventariados e avaliados por um notário. Em seguida, os cônjuges acordam livremente os direitos respetivos sobre os bens em questão. Porém, se não existirem bens a inventariar, a intervenção do notário não é exigida.

Os cônjuges devem igualmente chegar a acordo sobre a respetiva residência durante o processo de divórcio, o destino dos filhos durante e após esse processo, a contribuição de cada cônjuge para a educação e a manutenção dos filhos antes e depois do divórcio e, por último, sobre o montante das pensões de alimentos a pagar por um dos cônjuges ao outro durante o processo e após o divórcio ser pronunciado. Este acordo deve ser redigido («convenção») por um advogado ou notário. A convenção deve ser homologada pelo tribunal, que verifica se o interesse superior dos filhos é acautelado e se não há desproporção manifesta em favor dos interesses de um dos cônjuges. A convenção homologada faz parte integrante da sentença de divórcio.

- Divórcio por rutura irreparável das relações conjugais

O divórcio por rutura irreparável das relações conjugais pode ser requerido por um dos cônjuges ou, se houver acordo sobre o princípio do divórcio, mas não sobre todas as consequências, conjuntamente por ambos.

A rutura irreparável é estabelecida pelo acordo dos cônjuges quanto ao princípio do divórcio ou a pedido de um só cônjuge, mantido após um período de reflexão, que não pode exceder três meses (renovável uma vez).

2 Quais são os motivos para requerer o divórcio?

O direito luxemburguês prevê duas formas de divórcio: o divórcio por mútuo consentimento e o divórcio por rutura irreparável das relações conjugais.

3 Quais são os efeitos jurídicos do divórcio no que se refere a:

3.1 relações pessoais entre os cônjuges (por exemplo, apelidos)

O casamento é dissolvido pela decisão de divórcio. Os deveres respetivos dos cônjuges, ou seja, os deveres de fidelidade, de apoio e de assistência, cessam.

A lei luxemburguesa dispõe que nenhum cidadão pode utilizar apelidos ou nomes diferentes dos que constam do

assento de nascimento: as pessoas que os tiverem deixado de usar deverão voltar a usá-los. A alteração do estado civil, por exemplo por casamento, não implica a mudança de apelido de um dos cônjuges. Utilizar o apelido do respetivo cônjuge não é um direito adquirido. O cônjuge deve aceitar a utilização do respetivo apelido.

Os juízes luxemburgueses tiveram ocasião de se pronunciar sobre os efeitos do divórcio em matéria de utilização do apelido habitual:

uma mulher divorciada só pode continuar a usar o apelido do ex-marido se este a autorizar, sendo que essa autorização pode ser retirada a qualquer momento. O ex-marido tem o direito de se opor à utilização do seu apelido de forma inteiramente discricionária, pelo que os tribunais não podem autorizar uma mulher divorciada a continuar a utilizar o apelido do seu marido por um período ilimitado, mesmo por razões profissionais, se o marido se opuser a essa utilização. Não obstante, o tribunal pode, se a esposa tiver adquirido notoriedade profissional com o apelido do ex-marido e para evitar que sofra perdas económicas, conceder-lhe um prazo para se tornar conhecida da clientela pelo seu próprio apelido. — Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de maio de 2006, p. 33, 258.

3.2 partilha dos bens do casal

- A sentença de divórcio determina a liquidação e a partilha do regime matrimonial dos cônjuges. Na ausência de contrato de casamento, os cônjuges estão sujeitos ao regime da comunhão legal, a saber, o regime da comunhão de adquiridos. O divórcio dissolve a comunhão de bens. A partilha dos bens processa-se em duas fases:
 - Numa primeira fase, cada um dos cônjuges toma posse dos bens que não estavam integrados na comunhão, se estes existirem em espécie; caso contrário, dos bens sub-rogados em seu lugar.
 - Numa segunda etapa, a massa comum, ativa e passiva, é liquidada. É redigida uma declaração do que a massa comum deve a cada cônjuge e do que cada cônjuge deve à massa comum.
- Se o cônjuge tiver sido condenado, por sentença transitada em julgado, por um crime previsto nos artigos 372.º, 375.º, 376.º, 377.º, 393.º, 394.º, 396.º, 397.º, 398.º, 399.º, 400.º, 401.º, 401.º-A, 402.º, 403.º, 404.º, 405.º e 409.º do [Código Penal](#) (atentado ao pudor, violação, maus-tratos voluntários, homicídio e lesões corporais voluntárias, assassinio, infanticídio e envenenamento) cometido durante o casamento contra o outro cônjuge ou uma criança que viva no mesmo agregado familiar, ou por tentativa de cometer um dos crimes previstos nos artigos 372.º, 375.º, 376.º, 377.º, 393.º, 394.º, 396.º, 397.º, 401.º, 403.º, 404.º e 405.º do [Código Penal](#) contra as mesmas pessoas durante o casamento, perde, a pedido do outro cônjuge, todos os benefícios que o casamento lhe havia trazido. Em contrapartida, o cônjuge inocente conserva os benefícios concedidos pelo cônjuge, mesmo que se trate de benefícios recíprocos e que esta condição não se encontre preenchida.
- Se o cônjuge tiver abandonado ou reduzido a sua atividade profissional durante o casamento, pode efetuar uma compra retroativa com o regime geral de seguro de saúde, nas condições previstas na legislação em vigor em matéria civil e de segurança social. Para o efeito, antes da sentença de divórcio e desde que no momento do pedido não tenha ultrapassado a idade de 65 anos, o cônjuge pode pedir ao tribunal que vai decidir o divórcio que calcule um «montante de referência», com base na diferença entre os rendimentos entre os cônjuges durante o período em que o cônjuge não trabalhou ou reduziu o seu horário de trabalho. As modalidades de cálculo deste montante são estabelecidas no [Regulamento Grão-Ducal, de 11 de setembro de 2018, relativo ao cálculo do montante de referência e às modalidades de pagamento e de restituição dos montantes referidos no artigo 252.º do Código Civil \(Règlement grand-ducal du 11 septembre 2018 relatif au calcul du montant de référence et aux modalités de versement et de restitution des montants visés à l'article 252 du Code civil\)](#). Para efeitos desta compra retroativa, o cônjuge que abandonou ou reduziu a sua atividade dispõe de um crédito sobre o outro cônjuge, correspondente a 50 % do montante de referência, dentro dos limites do ativo constituído pelos bens comuns ou indivisos disponíveis após a liquidação do passivo. Um montante equivalente a este crédito fica a cargo do cônjuge credor.

3.3 filhos menores do casal

Em princípio, o divórcio dos pais não altera as condições de exercício da autoridade parental, que continua a ser exercida conjuntamente pelos dois progenitores. Os progenitores devem continuar a tomar conjuntamente todas as decisões importantes sobre a vida dos filhos (sustento, educação, orientação escolar, etc.).

Só se o superior interesse dos filhos o impuser poderá o tribunal confiar o exercício da autoridade parental exclusivamente a um dos pais. Neste caso, as decisões relativas aos filhos serão tomadas apenas pelo progenitor designado para a assumir. No entanto, o outro progenitor conserva o direito de ser informado e de acompanhar o sustento e a educação dos filhos. Salvo exceções determinadas por motivos graves, o outro progenitor tem igualmente o direito de visita e de alojamento. Assim, em caso de separação dos progenitores, cada um tem o direito de manter relações pessoais com os filhos e o dever de respeitar as ligações destes com o outro progenitor.

Em caso de divórcio, os pais devem continuar a contribuir conjuntamente para os custos relativos ao sustento e educação dos filhos, salvo decisão em contrário. Esta contribuição reveste a forma de pensão de alimentos e não cessa automaticamente quando os filhos atingem a maioridade. Pode ser paga diretamente aos filhos maiores e pode ser reajustada em função das necessidades dos filhos e da evolução dos rendimentos e despesas de cada um dos progenitores.

Quanto à residência dos filhos, há duas possibilidades (fora a situação excecional em que o tribunal decide confiar os menores a terceiros):

- Ou a residência dos filhos é fixada no domicílio de um dos progenitores. Neste caso, o outro progenitor tem direito de visita e de alojamento, salvo motivos graves.
- Ou a residência é fixada alternativamente no domicílio de cada progenitor, depois de o juiz verificar que esta situação é do interesse dos filhos. A residência alternada não impõe necessariamente uma repartição estritamente paritária do tempo de residência dos filhos no domicílio de cada progenitor.

Se os cônjuges chegarem a acordo sobre as modalidades de exercício da autoridade parental, o domicílio e a residência dos filhos, os direitos de visita e de alojamento, bem como a contribuição para o seu sustento e educação, podem apresentar o acordo ao juiz no processo de divórcio. O tribunal pode tê-lo em conta para redigir a sentença, se considerar que o acordo salvaguarda o interesse dos filhos e que o consentimento dos cônjuges foi dado livremente.

O divórcio dos pais não priva os filhos dos benefícios que, de outra forma, lhes teriam sido concedidos. A este respeito, são plenamente equiparados aos filhos de pais não divorciados.

3.4 obrigação de pagar alimentos ao outro cônjuge

O tribunal pode exigir que um dos cônjuges pague uma pensão de alimentos ao outro. A pensão de alimentos é fixada em função das necessidades do cônjuge que a irá receber e atendendo à capacidade contributiva do outro cônjuge. Se os cônjuges estiverem de acordo, o tribunal pode decidir que esta pensão de alimentos seja paga sob a forma de uma quantia fixa, cujo montante e condições serão fixados.

Na determinação das necessidades e da capacidade contributiva, os elementos que o tribunal deve ter em conta incluem:

- 1.º a idade e o estado de saúde dos cônjuges;
- 2.º a duração do casamento;
- 3.º o tempo já consagrado ou que deverá ser consagrado à educação dos filhos;
- 4.º as qualificações profissionais dos cônjuges e a sua situação em relação ao mercado de trabalho;
- 5.º a disponibilidade para novos empregos;
- 6.º os direitos existentes e os previsíveis;
- 7.º o seu património, tanto em capital como em rendimentos, após a liquidação do regime matrimonial.

A duração da atribuição da pensão de alimentos não deve exceder a duração do casamento, exceto se: houver circunstâncias excecionais.

A pensão, salvo se for paga em capital, está sujeita a revisão e pode ser retirada.

Se o cônjuge tiver sido condenado, por decisão transitada em julgado, por um crime previsto nos artigos 372.º, 375.º, 376.º, 377.º, 393.º, 394.º, 396.º, 397.º, 398.º, 399.º, 400.º, 401.º, 401.º-A, 402.º, 403.º, 404.º, 405.º e 409.º do [Código Penal](#) (atentado ao pudor, violação, maus-tratos voluntários, homicídio e lesões corporais voluntárias, assassinio, infanticídio e envenenamento) cometido durante o casamento contra o outro cônjuge ou uma criança que viva no mesmo agregado familiar, ou por tentativa de cometer um dos crimes previstos nos artigos 372.º, 375.º, 376.º, 377.º, 393.º, 394.º, 396.º, 397.º, 401.º, 403.º, 404.º e 405.º do [Código Penal](#) contra as mesmas pessoas durante o casamento, perde, a pedido do outro cônjuge, todos os direitos à pensão de alimentos.

4 O que significa, na prática, o conceito de «separação judicial»?

A separação judicial de pessoas e bens enfraquece o vínculo conjugal, sem contudo o dissolver. Põe termo ao dever de coabitação, mas mantém entre os cônjuges os deveres de fidelidade e assistência.

5 Quais são os motivos para a separação judicial?

Os motivos para a separação judicial são idênticos aos do divórcio por rutura irreparável das relações conjugais.

6 Quais são os efeitos jurídicos da separação judicial?

A separação judicial implica sempre a separação dos bens. Se a separação judicial durar três anos, cada um dos cônjuges pode pedir o divórcio ao tribunal. O tribunal pronuncia o divórcio se o outro cônjuge não consentir na cessação imediata da separação.

7 O que significa, na prática, o conceito de «anulação do casamento»?

A anulação do casamento significa que o casamento deixa de existir por decisão judicial. Por outras palavras, é como se o casamento nunca tivesse existido.

8 Quais são as condições para a anulação do casamento?

O casamento pode ser anulado por vários motivos:

- o casamento ter sido contraído sem o livre consentimento dos cônjuges; tal é o caso quando tenha havido violência ou erro sobre as qualidades essenciais da pessoa;
- o casamento foi contraído sem o consentimento dos progenitores (ou autorização do juiz), se um dos cônjuges for menor no momento do casamento;
- bigamia: é o que acontece se um dos cônjuges for casado simultaneamente com mais de uma pessoa;
- os cônjuges têm um certo grau de parentesco;
- o casamento é um casamento de conveniência para obter condições de residência;
- os requisitos formais do casamento não foram cumpridos: o casamento não tiver sido celebrado publicamente ou tiver sido celebrado perante uma pessoa que não era um funcionário público devidamente autorizado.

9 Quais são os efeitos jurídicos da anulação do casamento?

O casamento declarado nulo produz efeitos legais (teoria do casamento putativo):

- em relação a ambos os cônjuges, quando contraído por estes de boa-fé;
- em relação ao cônjuge que estiver de boa-fé;
- em relação aos filhos nascidos dessa união, independentemente da boa ou má-fé dos progenitores.

Porém, o casamento declarado nulo não produz nunca efeitos legais em relação ao cônjuge de má-fé.

10 Existem meios extrajudiciais alternativos para resolver as questões

relativas ao divórcio sem recorrer a tribunal?

No Luxemburgo, o casamento só pode ser dissolvido por decisão judicial e nunca por meios alternativos extrajudiciais ou mediação. Em contrapartida, quanto às questões relativas à liquidação e à partilha dos bens comuns e à divisão, às obrigações alimentares e à contribuição para as despesas do casamento, à obrigação de manter aos filhos e ao exercício da autoridade parental, é possível recorrer à mediação familiar.

11 Onde devo apresentar o pedido de divórcio/separação judicial/anulação do casamento? Quais são as formalidades a respeitar e quais os documentos que devem ser juntos ao processo?

Onde apresentar o pedido

- O pedido de divórcio ou de separação judicial deve ser apresentado ao tribunal de comarca (*tribunal d'arrondissement*) em que os cônjuges tenham domicílio comum ou, na falta deste, em que o requerido ou, em caso de divórcio por mútuo consentimento, uma das partes tenha domicílio, desde que sejam cumpridas as regras do Regulamento (UE) n.º 2019/1111 do Conselho, de 25 de junho de 2019, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e ao rapto internacional de crianças (reformulação).
- O pedido de nulidade do casamento deve ser apresentado ao tribunal de comarca do local em que a família está domiciliada ou, se os progenitores residirem separadamente, ao tribunal de comarca em que reside o progenitor com o qual os filhos menores residem habitualmente no caso de um exercício conjunto da autoridade parental ou do local de residência em que o progenitor exerce sozinho essa autoridade ou, nos outros casos, no tribunal de comarca em que reside a parte que não tomou a iniciativa do processo. No caso de um pedido conjunto, o tribunal competente é, de acordo com a escolha das partes, o tribunal de comarca em que um ou outro tenham domicílio. Estas regras são aplicáveis sob reserva do respeito pelas regras estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 2019/1111 acima referido.

Os pedidos são apreciados por um juiz de família.

Formalidades e documentos a anexar

- No processo de divórcio por mútuo consentimento, convém distinguir várias fases: se houver bens a partilhar, os cônjuges devem fazer inventariar e avaliar por um notário todos os bens comuns, móveis e imóveis. Os cônjuges podem estabelecer os respetivos direitos em relação aos bens em questão. Devem ainda definir, através de acordo, algumas questões, nomeadamente a residência dos cônjuges durante o processo, a administração da pessoa e dos bens dos filhos, o direito de visita, a contribuição dos cônjuges para o sustento e educação dos filhos e o eventual pagamento de alimentos ao outro cônjuge. Este acordo deve ser redigido («convenção») por um advogado ou notário.

Em seguida, o tribunal recebe o pedido conjunto apresentado pelos dois cônjuges na secretaria. Não é obrigatório recorrer a um advogado para instaurar a ação no tribunal.

O pedido deve incluir:

- 1.º data;
- 2.º nomes completos, profissões e domicílio(s) dos cônjuges;
- 3.º datas e locais de nascimento dos cônjuges;
- 4.º quando aplicável, referência à identidade dos filhos comuns;
- 5.º objeto do pedido;
- 6.º síntese dos factos e meios invocados.

Além da convenção acima referida, devem ser anexados ao pedido os seguintes documentos:

1.º assento de casamento;

2.º assento de nascimento dos cônjuges;

3.º extrato de assento de nascimento dos filhos comuns;

4.º documento que ateste a nacionalidade dos cônjuges;

5.º se for caso disso, convenção que indique a lei aplicável ao divórcio dos cônjuges, nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1259/2010 do Conselho, de 20 de dezembro de 2010, que dá execução a uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial e nos termos nele previstos. Os cônjuges podem também designar a lei aplicável ao divórcio em aplicação do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1259/2010 e segundo as formas previstas por esse diploma na convenção de divórcio por mútuo consentimento;

6.º qualquer outro documento que os cônjuges tencionem utilizar.

Os atos e documentos apresentados com o pedido, que as partes tencionam utilizar, emitidos por autoridade pública estrangeira devem, se for caso disso, ser legalizados.

- Em caso de divórcio por rutura irreparável das relações conjugais ou de separação judicial, é necessário recorrer a um advogado. O tribunal de comarca recebe o pedido apresentado na secretaria.

O pedido deve incluir:

1.º data;

2.º nomes completos, profissões e domicílio(s) dos cônjuges;

3.º datas e locais de nascimento dos cônjuges;

4.º quando aplicável, referência à identidade dos filhos comuns;

5.º objeto do pedido;

6.º síntese dos factos e meios invocados.

O pedido pode igualmente incluir medidas provisórias respeitantes à pessoa, aos alimentos e aos bens, tanto de ambos os cônjuges como dos filhos.

Devem ser anexados ao pedido os seguintes documentos:

1.º assento de casamento;

2.º extrato de assento de nascimento dos cônjuges ou requerentes;

3.º extrato de assento de nascimento dos filhos comuns;

4.º documento que ateste a nacionalidade dos cônjuges ou requerentes;

5.º se for caso disso, convenção que indique a lei aplicável ao divórcio dos cônjuges, nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1259/2010 do Conselho, de 20 de dezembro de 2010, que dá execução a uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial e nos termos nele previstos.

6.º se for caso disso, um projeto de acordo sobre os efeitos do divórcio em que haja acordo entre os cônjuges;

7.º Se for caso disso, uma cópia da sentença que condena um dos cônjuges por um dos crimes mencionados nos pontos 3.2 e 3.4;

8.º qualquer outro documento que os requerentes tencionem utilizar.

Os atos e documentos apresentados com o pedido, que as partes tencionam utilizar, emitidos por autoridade

pública estrangeira devem, se for caso disso, ser legalizados.

- Em caso de pedido de invalidade do casamento, o tribunal recebe o pedido apresentado na secretaria. Não é obrigatório recorrer a um advogado para instaurar a ação no tribunal. O pedido deve incluir:

- 1.º data;
- 2.º nomes completos e domicílios das partes;
- 3.º datas e locais de nascimento das partes;
- 4.º objeto do pedido;
- 5.º síntese dos factos e meios invocados.

Os atos e documentos apresentados com o pedido, que as partes tencionam utilizar, emitidos por autoridade pública estrangeira devem, se for caso disso, ser legalizados.

12 É possível obter apoio judiciário para cobrir as custas do processo?

As pessoas com rendimentos considerados insuficientes pela lei luxemburguesa podem beneficiar de apoio judiciário. Para o efeito, devem preencher um questionário disponível na Ordem dos Advogados do Luxemburgo e enviá-lo ao Bastonário da Ordem dos Advogados (*Bâtonnier de l'Ordre des avocats*) territorialmente competente, que decidirá sobre a matéria.

O apoio judiciário cobre todas as despesas relativas às instâncias, aos procedimentos ou aos atos para os quais foi concedido. Abrange, nomeadamente, o imposto de selo e de registo, despesas de secretaria, honorários de advogados, despesas com oficiais de justiça, despesas e honorários de notários, despesas e honorários de técnicos, compensações atribuídas às testemunhas, honorários de tradutores e intérpretes, pagamentos devidos pelo custo de certidões, despesas de deslocação, taxas e despesas decorrentes das formalidades de inscrição, de hipotecas e penhoras, assim como eventuais despesas de publicações nos jornais.

13 É possível recorrer da decisão de divórcio/separação judicial/anulação do casamento?

É possível recorrer deste tipo de decisões no Luxemburgo. O prazo para o efeito é, em princípio, de 40 dias, podendo ser prorrogado se o recorrente residir no estrangeiro. A instância de recurso é o Supremo Tribunal de Justiça.

14 Como se pode reconhecer neste Estado-Membro uma decisão judicial de divórcio/separação judicial/anulação do casamento proferida por um tribunal de outro Estado-Membro da União Europeia?

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000, a decisão de divórcio/separação judicial/anulação do casamento proferida pelo tribunal de outro país da União Europeia beneficia do princípio do reconhecimento automático no Grão-Ducado do Luxemburgo. Por conseguinte, não é necessário tomar medidas para obter o reconhecimento da decisão.

Na sequência de uma decisão definitiva proferida por um tribunal de outro Estado-Membro da União Europeia, está igualmente prevista a atualização dos registos do estado civil no Grão-Ducado do Luxemburgo, sem que seja exigido qualquer procedimento. A sentença do tribunal que pronuncia o divórcio deve ser mencionada à margem do assento de casamento e da certidão de nascimento dos cônjuges. Caso o casamento tenha sido celebrado no estrangeiro, a decisão do tribunal deve ser transcrita nos registos do estado civil da comuna em que o assento de casamento foi inscrito ou nos da cidade do Luxemburgo, e mencionado ainda à margem dos assentos de nascimento de cada cônjuge.

15 A que tribunal me devo dirigir para contestar o reconhecimento de uma decisão de divórcio/separação judicial/anulação do casamento proferida por um tribunal noutra Estado-Membro da União Europeia? Qual é o procedimento aplicável nestes casos?

Todas as partes interessadas podem solicitar ao presidente do tribunal de comarca uma decisão de recusa de reconhecimento de uma decisão em matéria de divórcio, separação judicial ou anulação do casamento proferida pelo tribunal de outro país da União Europeia.

O presidente do tribunal de comarca decide rapidamente e a pessoa contra quem se pede a decisão de recusa de reconhecimento não pode apresentar observações nesta fase do processo. O pedido só pode ser aceite se a decisão:

- for manifestamente contrária à ordem pública;
- não respeitar o direito de defesa;
- não for compatível com uma decisão proferida em processos conexos.

Qualquer das partes pode interpor recurso para o Tribunal de Recurso contra a decisão do presidente do tribunal de comarca. O recurso é apreciado segundo as regras do princípio do contraditório. A decisão do Tribunal de Recurso pode ser objeto de recurso de cassação para o Tribunal de Cassação.

16 Qual é a lei aplicável numa ação de divórcio em que o casal não resida neste Estado Membro ou cujos membros tenham nacionalidades diferentes?

O Grão-Ducado do Luxemburgo aplica o Regulamento (UE) n.º 1259/2010 do Conselho, de 20 de dezembro de 2010, que cria uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial, que é aplicável desde 21 de junho de 2012 entre a Bélgica, a Bulgária, a Alemanha, a Estónia (desde 11 de fevereiro de 2018), a Grécia (desde 29 de julho de 2015), a Espanha, a França, a Itália, a Letónia, a Lituânia (desde 22 de maio de 2014), o Luxemburgo, a Hungria, Malta, a Áustria, Portugal, a Roménia e a Eslovénia. Este regulamento estabelece que os cônjuges podem acordar em designar a lei aplicável ao divórcio e à separação judicial, desde que se trate de uma das seguintes:

- A lei do Estado da residência habitual dos cônjuges no momento da celebração do acordo de escolha de lei; ou
- A lei do Estado da última residência habitual dos cônjuges, desde que um deles ainda aí resida no momento da celebração do acordo; ou
- A lei do Estado da nacionalidade de um dos cônjuges à data da celebração do acordo; ou
- A lei do foro.

Nos termos do mesmo regulamento, na ausência de escolha em conformidade com o número anterior, o divórcio e a separação judicial estão sujeitos à lei do Estado:

- Da residência habitual dos cônjuges à data da instauração da ação judicial; ou, na sua falta,
- Da última residência habitual dos cônjuges, desde que o período de residência não tenha terminado mais de um ano antes da instauração do processo em tribunal, na medida em que um dos cônjuges ainda resida nesse Estado no momento da instauração do processo em tribunal; ou, na sua falta,
- Da nacionalidade de ambos os cônjuges à data da instauração da ação judicial; ou, na sua falta,
- Em que se situe o tribunal onde o processo foi instaurado.

Nos casos em que o Regulamento (UE) n.º 1259/2010 não seja aplicável, o divórcio e a separação judicial regem-se pelo direito luxemburguês:

- pela lei nacional dos cônjuges, se tiverem a mesma nacionalidade;
- a lei do domicílio efetivo comum, se tiverem nacionalidades diferentes;
- pela lei do foro, se os cônjuges de nacionalidades diferentes não tiverem domicílio efetivo comum.

Ligações úteis

Brochura: [Le divorce au Grand-Duché de Luxembourg](#)

[LEGILUX](#);

[Portal da Justiça](#)

Esta página Web faz parte do portal «[A sua Europa](#)».

Agradecemos a sua [opinião](#) acerca da utilidade das informações prestadas.

■ Última atualização: 24/09/2025

A manutenção da versão desta página na língua nacional é da responsabilidade do respetivo ponto de contacto para a Rede Judiciária Europeia. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão e a RJE declinam toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.